

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Seção Cível de Direito Público Processo: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL n. 8011251-29.2021.8.05.0000 Órgão Julgador: Seção Cível de Direito Público IMPETRANTE: LAURINETE SANTOS DO ROSARIO Advogado (s): ADHEMAR SANTOS XAVIER registrado (a) civilmente como ADHEMAR SANTOS XAVIER IMPETRADO: COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA e outros (2) Advogado (s): ACORDÃO DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINARES DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA, DECADÊNCIA, PRESCRIÇÃO REJEITADAS. PENSIONISTA DE POLICIAL MILITAR INATIVO. PAGAMENTO DA GAP NO NÍVEL IV E V. INAPLICABILIDADE DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO DAS EC'S N.º 41 E 47. CARÁTER GENÉRICO DA GRATIFICAÇÃO. PARIDADE ENTRE ATIVOS E INATIVOS. ARTIGO 121 DA LEI N.º 7.990/2001 (ESTATUTO DA POLÍCIA MILITAR). SEGURANÇA CONCEDIDA. Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA com pedido de medida liminar, impetrado por LAURINETE SANTOS DO ROSÁRIO em face de ato omissivo atribuído ao SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA e ao COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, consistente na ausência de implantação dos níveis da GAPM para as referências IV e V nos proventos. In casu, a impetrante visa a percepção de parcelas recebidas pelos policiais da ativa, com fundamento na paridade remuneratória. De referência à preliminar de inadequação da via eleita suscitada pelo Estado da Bahia não merece acolhimento, uma vez que a matéria ora em litígio se refere ao pagamento de gratificação prevista em lei, inexistindo qualquer óbice ao Poder Judiciário apreciar esta pretensão em sede de Mandado de Segurança. As prefaciais de decadência e prescrição também não merecem guarida, tendo em vista que o prazo para ajuizamento do mandamus renova-se mês a mês por se tratar de omissão ilegal envolvendo obrigação de trato sucessivo, consoante pacífica jurisprudência do STJ. Registra-se que não houve o requerimento de pagamento das parcelas anteriores à impetração, o que seria vedado em face da Súmula 271, do STJ. Nestas condições, rejeitam-se as preliminares. Cumpre destacar que é pacífico o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça a respeito do caráter genérico da Gratificação de Atividade Policial Militar, notadamente por ser concedida indiscriminadamente aos policiais militares em atividade. Compulsando os autos, observa-se que inexistiu a instauração de processo administrativo individual para concessão da GAP nas referências IV e V aos policiais militares que se encontram na ativa, a fim de apuração dos requisitos insertos na norma instituidora da gratificação, restando demonstrado o caráter genérico do reportado benefício. A paridade entre servidores ativos e inativos pleiteada pelo impetrante encontra previsão legal no artigo 40, § 8, da Constituição Federal. Portanto, constata-se que o impetrante faz jus à paridade de vencimentos com os policiais da ativa, nos termos da legislação de regência. Deste modo, imperioso se faz reconhecer o direito líquido e certo da autora à percepção da referida gratificação, tendo em vista seu caráter genérico, sendo fato público e notório a concessão indiscriminada aos policiais militares que se encontram na ativa. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Mandado de Segurança nº 8011251-29.2021.8.05.0000, de Salvador/BA, impetrante LAURINETE SANTOS DO ROSÁRIO e impetrados SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA e COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA. Acordam os desembargadores integrantes da Seção Cível de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça da Bahia, em REJEITAR AS PRELIMINARES E NO MÉRITO CONCEDER A SEGURANÇA VINDICADA, pelas razões alinhadas no voto da Relatora. Salvador, . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEÇÃO CÍVEL DE DIREITO PÚBLICO DECISÃO

PROCLAMADA Concedido Por Unanimidade Salvador, 16 de Dezembro de 2022.
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Seção Cível de
Direito Público Processo: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL n.
8011251-29.2021.8.05.0000 Órgão Julgador: Seção Cível de Direito Público
IMPETRANTE: LAURINETE SANTOS DO ROSARIO Advogado (s): ADHEMAR SANTOS
XAVIER registrado (a) civilmente como ADHEMAR SANTOS XAVIER IMPETRADO:
COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA e outros (2)
Advogado (s): RELATÓRIO Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA com pedido de
medida liminar, impetrado por LAURINETE SANTOS DO ROSÁRIO em face de ato
omissivo atribuído ao SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA e ao
COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DA BAHIA, consistente na ausência de
implantação dos níveis da GAPM para as referências IV e V nos proventos.
Narra que: “(...) A GAP é prevista na Lei 7.145/97, que foi publicada e
não cumprida por mais de 15 anos, sendo incorporada a remuneração compondo
assim a remuneração dos policiais conforme estatui a Lei nº 12.566/12. A
referida Lei nº 12.566/2012 previu a majoração da GAP para as referências
IV e V apenas para os policiais que se encontrem em “efetivo exercício da
atividade policial militar”, ferindo o direito dos aposentados e
pensionistas, que, ingressando no serviço público antes da EC 41/2003,
fazem jus à paridade de vencimentos e proventos. (...)”. Afirma: “(...) a
Administração pública NÃO VEM PAGANDO AS GRATIFICAÇÕES DEVIDAS AOS
POLICIAIS INATIVOS E PENSIONISTAS, SENDO OMISSA A ADMINISTRAÇÃO AO NÃO
FAZÊ-LO ATÉ A PRESENTE DATA .(...)” . Requer: “(...) reconhecendo o direito ao
reajuste da GAPM para o nível V, determinando sua implantação e pagamento
nos proventos do Impetrante desde a impetração, com a devida correção
monetária e juros; (...)” (ID. 14798321). Anexou documentos (ID's 14798322
e seguintes). Constatas dos autos, decisão indeferindo a medida liminar
requerida (ID.14809636). A autoridade impetrada apresentou as informações
requeridas (ID. 15409003). O Estado da Bahia interveio no feito , arguindo
preliminares de inadequação da via eleita, decadência e prescrição. No
mérito, sustentou a irretroatividade da lei que concedeu as referências IV
e V da GAP, com fundamento na súmula 359 do Supremo Tribunal Federal.
Aduziu que o referido benefício afronta a previsão inserta no artigo 40,
§§ 2º e 3º, da Constituição Federal, bem como o disposto no artigo 110, §
4º, da Lei Estadual n.º 7.990/2001. Pleiteou: “(...) DENEGAÇÃO DA
SEGURANÇA e a rejeição dos pedidos da inicial, dado o incontroverso fato
de a parte acionante haver sido transferida para a reserva antes da edição
da Lei Estadual nº 12.566/2012. Cumpre asseverar que, nos termos do art.
373, I, do Código de Processo Civil de 2015, cabe à parte autora a prova
do cumprimento de todos os requisitos impostos pela Lei Estadual nº
12.566/2012, inclusive no que diz respeito ao cumprimento dos deveres
funcionais, sob pena de violação ao princípio da isonomia, previsto no
caput do art. 5º da Constituição Federal, tendo em vista que os militares
da ativa terão de cumpri-los. Por extrema cautela, para remota hipótese de
sobrevir condenação do Estado a implantar, substituir e/ou reajustar
vantagem remuneratória em favor da parte autora, requer seja determinada a
observância, quando da liquidação e execução do julgado, do limite
remuneratório constitucional a que estão submetidos os servidores públicos
estaduais, bem assim da contribuição previdenciária e demais tributos
incidentes. (...)” (ID. 15409002). Instada a se manifestar, a Douta
Procuradoria de Justiça opinou pela não intervenção, face a inocorrência
de interesse jurídico pela Instituição (ID. 22257649). O presente feito
encontra-se em condições de proferir voto, portanto, solicito sua inclusão
em pauta. Ressalta-se a possibilidade de sustentação oral, conforme dispõe

os artigos 937 do CPC e 187 do RITJ/BA. É o que importa relatar. Salvador, 27 de Outubro de 2022 Des^a. Maria de Fátima Silva Carvalho Relatora PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Seção Cível de Direito Público Processo: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL n. 8011251-29.2021.8.05.0000 Órgão Julgador: Seção Cível de Direito Público IMPETRANTE: LAURINETE SANTOS DO ROSARIO Advogado (s): ADHEMAR SANTOS XAVIER registrado (a) civilmente como ADHEMAR SANTOS XAVIER IMPETRADO: COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA e outros (2) Advogado (s): VOTO Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA com pedido de medida liminar, impetrado por LAURINETE SANTOS DO ROSÁRIO em face de ato omissivo atribuído ao SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA e ao COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DA BAHIA, consistente na ausência de implantação dos níveis da GAPM para as referências IV e V nos proventos. In casu, a impetrante visa a percepção de parcelas recebidas pelos policiais da ativa, com fundamento na paridade remuneratória. De referência à preliminar de inadequação da via eleita suscitada pelo Estado da Bahia não merece acolhimento, uma vez que a matéria ora em litígio se refere ao pagamento de gratificação prevista em lei, inexistindo qualquer óbice ao Poder Judiciário apreciar esta pretensão em sede de Mandado de Segurança. Ademais, esta ação é verdadeira garantia individual de qualquer cidadão contra os atos praticados pelo Poder Público, com a finalidade de viabilizar a análise da ocorrência ou não de ato supostamente coator, com amparo na Constituição Federal (artigo 5º, inciso LXIX). As prefaciais de decadência e prescrição também não merecem guarida, tendo em vista que o prazo para ajuizamento do mandamus renova-se mês a mês por se tratar de omissão ilegal envolvendo obrigação de trato sucessivo, consoante pacífica jurisprudência do STJ: "RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. ATO JUDICIAL QUE DETERMINA BLOQUEIO DE SUBSÍDIO MENSAL PERCEBIDO PELO IMPETRANTE. CABIMENTO DA AÇÃO MANDAMENTAL. APARENTE MANIFESTA ILEGALIDADE (CPC, ART. 649, IV). PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRAZO DECADENCIAL QUE SE RENOVA A CADA PERÍODO DE CUMPRIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. MANDADO DE SEGURANÇA EXTINTO (CPC, ART. 267, IV). RECURSO ORDINÁRIO PREJUDICADO. (...) 2. Quanto ao prazo decadencial, tem-se que o ato judicial questionado atinge prestação de trato sucessivo, o que, segundo a jurisprudência desta eg. Corte, faz renovar, a cada vez que se cumpre tal determinação, a possibilidade de impugnação pela via do mandado de segurança. (STJ – RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA: 39298 MG 2012/0217679-2, Órgão Julgador: T4 – QUARTA TURMA, Julgamento: 20 de Agosto de 2013, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO)." Registra-se que não houve o requerimento de pagamento das parcelas anteriores à impetração, o que seria vedado em face da Súmula 271, do STJ. Nestas condições, rejeitam-se as preliminares , adentrando-se ao mérito. Cumpre destacar que é pacífico o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça a respeito do caráter genérico da Gratificação de Atividade Policial Militar, notadamente por ser concedida indiscriminadamente aos policiais militares em atividade. Compulsando os autos, observa-se que inexistiu a instauração de processo administrativo individual para concessão da GAP nas referências IV e V aos policiais militares que se encontram na ativa, a fim de apuração dos requisitos insertos na norma instituidora da gratificação, restando demonstrado o caráter genérico do reportado benefício. A paridade entre servidores ativos e inativos pleiteada pelo impetrante encontra previsão legal no artigo 40, § 8, da Constituição Federal, in verbis: "Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é

assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003) (...) § 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)". Com efeito, o Supremo Tribunal Federal adotou entendimento, em sede de repercussão Geral, que os servidores que ingressaram no serviço público antes da EC 41/2003, mas que se aposentaram após a referida emenda, possuem direito à paridade remuneratória e à integralidade no cálculo de seus proventos, desde que observadas as regras de transição especificadas nos arts. 2º e 3º da EC 47/2005. Nestas condições, faz-se necessário analisar se a impetrante preenche as regras de transição supracitadas. Ocorre que a Constituição Federal prevê para os servidores militares sistema previdenciário diverso daquele previsto para os servidores civis: "Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. § 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores. § 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal." Destarte, o sistema constitucional faculta aos Estados a elaboração de lei específica para regulamentação da carreira dos servidores militares. Neste sentido, o Estado da Bahia editou a Lei n.º 7.990/2001 (Estatuto da Polícia Militar), que em seu artigo 121 reproduz o comando da EC 41/2003, consoante se observa: "Art. 121 – Os proventos da inatividade serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos policiais militares em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos policiais militares em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da Lei." Portanto, constata-se que a impetrante faz jus à paridade de vencimentos com os policiais da ativa, nos termos da legislação de regência. De igual modo é a jurisprudência desta Seção Cível de Direito Público: "MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR INATIVO E PENSIONISTAS. EXTENSÃO DA GAP NAS REFERÊNCIAS IV E V. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GENÉRICO. DIREITO À PARIDADE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 121 DA LEI 7.990/2001. DESNECESSIDADE DA OBSERVÂNCIA DAS REGRAS PREVIDENCIÁRIAS DE TRANSIÇÃO IMPOSTAS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98, e 41/2003 e 47/2005. EXTENSÃO DEVIDA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. Tratando-se a GAP de vantagem de caráter geral, concedida de forma genérica e abstrata a todos servidores da ativa, sem qualquer distinção da função exercida ou do local de trabalho, cumpre prestigiar o entendimento das Cortes Superiores que estende as gratificações desta natureza aos inativos, em estrita obediência ao artigo 40, § 8º, da Constituição Federal. 2. Frise-se, ainda, que o Estado da Bahia não logrou êxito em demonstrar, quando da concessão da GAP nas referências IV e V aos policiais militares da ativa,

se houve a apuração do preenchimento dos requisitos da norma instituidora da referida gratificação, com a instauração do competente processo administrativo, o que torna claro o caráter geral da aludida gratificação.

3. Impende registrar, também, que o próprio Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia (Lei 7990/2001), em seu artigo 121 assegura a paridade entre os militares da ativa e inativa.

4. Segurança concedida.

(Classe: Mandado de Segurança ,Número do Processo: 8011238-64.2020.8.05.0000,Relator (a): MARCIA BORGES FARIA, Publicado em: 16/12/2020)". "MANDADO DE SEGURANÇA. PENSIONISTA DE POLICIAL MILITAR INATIVO. PEDIDO DE IMPLEMENTAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL MILITAR (GAP) NAS REFERÊNCIAS SUPERIORES. REJEITADAS AS PRELIMINARES DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA, DE DECADÊNCIA E DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. NATUREZA GENÉRICA DA GAP. PRECEDENTES TJ/BA. ART. 42, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE REMETE À LEI ESTADUAL ESPECÍFICA A DISCIPLINA DOS DIREITOS DE PENSIONISTAS E MILITARES ESTADUAIS. DIREITO DE PARIDADE ASSEGURADO PELO ART. 121 DO ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DA BAHIA. INAPLICABILIDADE DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO DAS EC N.º 41/03 E 47/05 AOS MILITARES. SEGURANÇA CONCEDIDA PARA DETERMINAR A IMPLANTAÇÃO DA GAP NOS NÍVEIS IV E V EM FAVOR DA IMPETRANTE. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA A PERMANÊNCIA POR 12 (DOZE) MESES NA REFERÊNCIA ANTERIOR – ART. 8º DA LEI 7.145/97 C/C 8º, I DA LEI 12.566/12. (Classe: Mandado de Segurança,Número do Processo: 8006773-12.2020.8.05.0000,Relator (a): REGINA HELENA RAMOS REIS, Publicado em: 08/10/2020)". "MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL MILITAR INATIVO. AFASTADAS AS PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO QUANTO À REVISÃO DO ATO APOSENTADOR. PAGAMENTO DA GAP NOS NÍVEIS III, IV E V. PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. DIREITO À PARIDADE PREVISTO NO ESTATUTO DA CORPORAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GENÉRICO. SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. De início, a ordem de sobrestamento quanto ao Tema nº 1017 do Superior Tribunal de Justiça não se aplica ao caso em exame, tendo em vista que a verba pleiteada não era paga ao tempo da migração para a reserva (2001).

2. Outrossim, insubsistente a preliminar de ilegitimidade passiva, pois o Secretário de Administração do Estado da Bahia é autoridade competente por formular e executar a política de recursos humanos dos servidores civis e militares do Estado, conforme dispõe o art , 1º do Decreto nº 12.431/2010

3. Da análise dos autos, verifica-se que o requisito da prova pré-constituída foi atendido com os documentos colacionados aos autos no momento da propositura da ação, assim, deve ser afastada preliminar agitada em sentido contrário.

4. Relativo à prescrição, de fato, foi tragada a pretensão autoral quanto ao pleito de revisão do tempo de contribuição considerado nos cálculos dos proventos, haja vista a existência de expressa manifestação da administração sobre a questão e o decurso de 5 anos desde então.

5. Lado outro, relativo ao pleito de extensão da GAP, incide o enunciado 85 da súmula do STJ por não ter havido negativa expressa do Ente estatal.

6. A Constituição Federal reservou aos militares regime previdenciário distinto dos servidores civis. Efetivamente, as sucessivas reformas constitucionais deixaram expresso que os milicianos possuem disciplina legislativa previdenciária reservada aos Estados.

7. Nesse contexto, as regras de transição previstas nas ECs n. 47/2005 e 41/2003 destinam-se unicamente aos servidores públicos civis, incluídos os policiais civis dos estados, não se aplicando, porém, à inatividade e à pensão de militares, que demandariam regras de transição específicas, regidas pela legislação estadual, em razão de expressa disposição constitucional.

8. O Estatuto da corporação baiana continua a

replicar o regramento da Constituição Federal anterior à EC 41/03, ou seja, garante aos policiais militares a paridade remuneratória com os servidores em atividade. 9. Consoante firme jurisprudência desta Corte de Justiça, a GAP, por ser paga indistintamente a todos os PMs, ostenta caráter genérico, devendo ser estendida aos inativos. Não se faz possível, todavia, sua cumulação com a GFPM. 10. Por fim, deve ser implementada a GAP nos níveis III, IV e V, nos proventos do impetrante, nos mesmos moldes e datas em que conferidos aos servidores da ativa. (Classe: Mandado de Segurança, Número do Processo: 8008670-75.2020.8.05.0000, Relator (a): JOSE EDIVALDO ROCHA ROTONDANO, Publicado em: 08/10/2020)". Deste modo, imperioso se faz reconhecer o direito líquido e certo da autora à percepção da referida gratificação, tendo em vista seu caráter genérico, sendo fato público e notório a concessão indiscriminada aos policiais militares que se encontram na ativa. Ante o exposto, voto no sentido de rejeitar as preliminares suscitadas. No mérito, CONCEDO A SEGURANÇA, para determinar aos impetrados que promovam a integração da GAP em sua referência IV e V aos proventos de inatividade da impetrante, a partir da impetração deste Mandado de Segurança, na mesma forma e percentual contemplados aos policiais em atividade. Transitado em julgado, arquivem-se com a baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Sala de Sessões, Salvador (BA), DESEMBARGADOR (A) PRESIDENTE Des^a. Maria de Fátima Silva Carvalho Relatora DR. (A) PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA